

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: Política Indígena

Data: 15 de abril de 1989

Pg.: 259

### 4468 Sobre índios e reis

Alcida Rita Ramos  
Professora de antropologia da UNB

Enquanto os reis da Suécia visitavam Brasília há 10 dias atrás, 450 representantes de mais de 50 nações indígenas também se reuniram na capital para o maior encontro nacional de sua história. Em contraponto à pompa e circunstância do protocolo palaciano, os índios, a quem foram negadas acomodações adequadas, amargavam as agruras de um acampamento improvisando, pouco apto e abrigá-los da chuva fria e interminável de uma longa noite. Chegou-se mesmo a pensar que o exagerado contingente policial que encheu a cidade tinha algo a ver com a reunião dos índios sob o pretexto de supostamente proteger os reis e sua comitiva. Porém, o Segundo Encontro Nacional dos Povos Indígenas do Brasil transcorreu em perfeita calma, apesar da tensão criada por policiais apressados da rodoferroviária e das medidas de segurança preventiva, instauradas pelos dirigentes da FUNAI e do Ministério do Interior.

O que trouxe tantos índios a Brasília foi a necessidade de se fazerem visíveis e presentes na sede do governo federal, esse mesmo governo que, só no ano passado, perpetrou nada menos que seis atos do executivo e do legislativo frontalmente contrários aos direitos dos povos indígenas. Desde a proposta do novo Código Civil que pretende torná-los "absolutamente incapazes" até o projeto de lei do Deputado Fagundes (PDS-RR) que pretende "emancipá-los" compulsoriamente, essas medidas do governo põem em risco a própria sobrevivência dos índios enquanto membros de sociedades constituídas. É desnecessário acentuar que tais medidas foram tomadas à revelia da vontade dos índios. E foi justamente para expressar a sua vontade, repudiando veementemente esses atos, que eles vieram em massa ao Congresso Nacional.

Se compararmos este Segundo Encontro com o primeiro, realizado em junho de 1982 em Brasília, vemos algumas mudanças substanciais. No primeiro vieram 220 representantes indígenas, comparados com os 450 do segundo. Em 1982, ficaram alojados na sede da CONTAG, lá realizando suas assembleias e reuniões, ocupando um reduzido espaço político. Em 1984, acampados no Campo Escola dos Escoteiros do Brasil, ocuparam salas da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que eram manchete dos principais jornais do país durante quase uma semana. O que representa isto? Que peso têm essas mudanças para a luta indígena e seu futuro? Creio que apontam para um amadurecimento irreversível da conscientização das populações indígenas a qual, no atual momento político do país, encontra um mínimo de fórum para se expressar. Por outro lado, quanto mais opressoras forem as ações do governo, tanto federal como estadual, mais os povos indígenas reagirão na defesa de seus direitos. O movimento indígena não parou; muito pelo contrário: está cada vez mais autônomo, menos paternalizado pelos brancos, mesmo por aqueles que abraçam a causa indígena como plataforma de luta política; cada vez mais ele se ergue, a partir das bases, numa associação nacional ordenada e consciente, apesar de todos os entraves legais, políticos e estratégicos colocados em seu caminho. Superando dificuldades imensas de locomoção, comunicação, e outros recursos, as comunidades indígenas continuarão a enviar seus representantes e encontros como esse, sempre que seus direitos forem tão drasticamente ameaçados como estão sendo agora.

O que sobrou de zelo diplomático para com os reis da Suécia faltou — como sempre falta — para com os representantes das nações indígenas do país. Evidentemente, não é apenas uma questão de que santo de casa não faz milagres. É que, não sendo oficialmente reconhecidas como nações, as nossas sociedades indígenas não têm merecido o respeito mínimo que se deve a povos diferentes de nós. É como se o Brasil estivesse fazendo um favor em conceder que essas nações ainda existam, esquecendo que, ao tornar-se ele próprio uma nação, o fez às custas dessas outras nações, tomando-lhes territórios, vidas e até mesmo o direito de se definirem como indígenas. Um pouco mais de diplomacia doméstica não faria mal a ninguém.

Associação Brasileira de Antropologia  
Seção DF

Caixa Postal 15-2867